

# MEMÓRIA ESQUECIDA, PASSADO E FUTURO EM CONFLITO DE IDENTIDADE: UMA LEITURA SOBRE MOÇAMBIQUE CONTEMPORÂNEO

FORGOTTEN MEMORY, PAST AND FUTURE IN  
CONFLICT OF IDENTITY: A SAFE READING  
CONTEMPORARY MOZAMBIQUE

---

**RESUMO:** Uma maneira abrupta de disfarçar as dívidas advém de uma escalada de corrupção na zona memorial do povo, que pelo viés do seu apagamento, possibilita o rompimento de vínculos indispensáveis para a compreensão do plural. As conjunturas impostas pela sociologia dos partidos políticos na historicidade nacional, desobedecem o estruturalismo fundacional de unidade e coesão como marco oponível na construção da identidade. A dialética negativa que se instalou na sociedade moçambicana, impede a reafirmação do conjunto pelo catálogo de autopromoção dos partidos políticos. O artigo reflete uma espiral histórica do apagamento da memória coletiva como projeto de continuidade dos partidos políticos em Moçambique. Para o efeito, o perfil metodológico usado engloba revisões bibliográficas, utilizadas a fim de facilitar a compreensão da disseminação do conceito.

**JEREMIAS A. DONANE**

**PALAVRAS-CHAVE:** Historicidade; Historiografia; Memória; Valores.

---

**ABSTRACT:** An abrupt way of disguising debts stems from the escalation of corruption in the people's memorial zone, which, due to its erasure, makes it possible to break essential links for understanding the plural. The conjunctures imposed by the sociology of political parties in national historicity, disobey the foundational structuralism of unity and cohesion, as an opposable landmark in the construction of identity. The negative dialectic that took hold in Mozambican society prevents the reaffirmation of the whole by the self-promotion catalog of political parties. The article reflects a historical spiral of the erasure of collective memory as a project for the continuity of political parties in Mozambique. For this purpose, the methodological profile used includes bibliographic reviews, used in order to facilitate the understanding of the dissemination of the concept.

**KEYWORDS:** Historicity; Historiography; Memory; Values.

# MEMÓRIA ESQUECIDA, PASSADO E FUTURO EM CONFLITO DE IDENTIDADE: UMA LEITURA SOBRE MOÇAMBIQUE CONTEMPORÂNEO

Jeremias Arone Donane <sup>1</sup>

## Introdução

Questionar o destino, valor histórico e a peregrinação de um povo em diferentes momentos da sua convivência podem parecer tarefas demasiadamente arcaicas para muitos leitores, porém, em seus anexos geracionais contém uma enciclopédia informacional cuja compartimentalização se torna fundante para a reconstrução *do por vir* de uma nação em todos os quadrantes. Na verdade, porém, a história percorre o passado, o presente e a perspectiva do futuro. Assim, passou-se a compreender que o princípio a prevalecer fosse a conservação das fontes históricas, a fim de legitimar com exatidão qualquer os eventos subsequentes. A par disso, quando se dirige o olhar sobre o plexo historiográfico moçambicano, comprovadamente se cristaliza a ausência de consensos sobre inúmeros eventos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos do país. O primeiro argumento decorre da razão histórica, cuja perspectiva inseriu a ineficácia dialógica entre o poder político e as massas, e, conseqüentemente, as diversas agremiações políticas com métodos subversivos e monopolistas de fazer política.

Entretanto, em meio a essa narrativa desvinculada das massas, a tarefa de fixar, inovar e determinar eventos históricos plurais, deixou de ser projeto das forças sociais, passando a ser dependente de quem tem acesso ao poder político e o pleno controle sobre as instituições. Outra implicação não menos relevante, diz respeito à ameaça sobre a interface educativa, que, em virtude da subordinação coletiva lastreada sobre um evento histórico manipulado, tem o pretexto de perpetuação do poder político sob a construção de narrativas em seu favor e que legitime o seu grupo.

Na realidade, é difícil negar que o país dispensou a interconectividade com o passado ao negligenciar ou reconfigurar as produções histórico-sociais aos seus interesses pela permanência no poder. Verifica-se, pois, que, pela lógica de imposição de novos fatos históricos desconectados do passado, condiciona negativamente o futuro da sociedade, conforme bem consignou Arendt (1950, p. 188) ao referir que “*as lendas foram o alicerce espiritual dos povos antigos, uma promessa de guia seguro para a vastidão do amanhã*”. Portanto, do ponto de vista

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia na Área de Concentração Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, na área de concentração em Relações e Movimentos Sociais. Correio eletrônico: [jeremiasarone90@gmail.com](mailto:jeremiasarone90@gmail.com)

puramente teórico, podemos dizer que a construção do Estado deve ser ditada pela inclusão e desejo de renovar-se e resolver sempre a universalidade de problemas nacionais. A consolidação de discurso que deslegitima retratos de convivência circunscrevem vontades políticas análogas ao processo de dimensão includente dos sujeitos sociais, subordinando-se à lógica de quem detém o poder molda as funcionalidades, incluindo todo sistema ecológico da memória coletiva.

Conforme exposto anteriormente, dos escombros repousam a concepção localizada de relações políticas fragilizadas que depõem contra a reafirmação e construção da identidade nacional pelo apagamento da memória. Esse conjunto sistemático de barbárie, implica uma contradição ao valor superlativo da prevalência social e harmônica entre diferentes *corpos sociais*. O presente artigo será dividido em três seções. Na primeira, apresentaremos a construção da genealogia da globalização e seus paradoxos na episteme cultural. Em seguida, discutiremos algumas implicações na construção ausente do futuro nacional pela negação da memória do passado. Na terceira seção, analisaremos a interface da luta popular pela auto conservação da memória. Deste modo, o problema aqui enfrentado é aquele que deslegitima qualquer ação que coloque em causa a identidade da comunidade. A metodologia utilizada procurará, pois, desconstruir com evidência as situações trágicas e os malefícios ao desenvolvimento nacional.

## **2 A genealogia da globalização histórica e seus paradoxos na episteme cultural da memória coletiva**

A globalização representa-se numa metamorfose latente no mundo contemporâneo, seus alicerces se propõem a ver o universo numa perspectiva multicultural, ao definirem o modo pelo qual o universo das instituições se comunica. Entretanto, fruto dessa emergência global, não apenas o comércio se globalizou, também foram globalizados os problemas comuns entre os países, tornando-se nítidos pontos de toque entre distintas realidades que de uma maneira ou de outra, tal como as questões sociais envolvendo o funcionamento das diversas configurações sociais existentes pelo mundo.

É preciso reconhecer, contudo, que se exigiu da comunidade internacional colaboração e diálogo para que se pudesse manejar e pensar em soluções comuns, a partir de uma efetiva rede de cooperação. Em vista disso, as manifestações heterogêneas assumidas por diferentes povos e culturas, assumiram-se relevantes na formulação da objetividade. Entretanto, cabe ponderar que desde a colonização europeia, conflitos internos, o país acessou vitrines de outros universos

diaspóricos, na mesma ocasião, o externo também carregou consigo corporificações epistêmicas de capital importância para o mundo.

Hoje, a posição atual da globalização pode ser vista como um processo de formação de organizações, como as Nações Unidas, que fomentam e fortalecem a cooperação e o diálogo entre os Estados, que, por sua vez, promovem o desenvolvimento da proteção dos direitos humanos por meio de uma série de tratados internacionais, desde 1948. Ora, precisamente a partir desta ideia, não poderá deixar de constituir objeto da análise uma ponderação sobre a qual as relações que se estabelecem entre os homens envolvem juízos de valor cultural, ético, moral, implicando sobremaneira, uma adequação de meios aos seus devidos fins.

De qualquer modo, compreende-se que a noção da culturalidade e seus anexos ficam mais próximos uma da outra, remetendo muitas vezes a prolixos paradoxos, virtudes e discriminação sobre valores específicos. Essa reflexão conduzirá a ideia sobre a qual, o recurso consciente à cultura alienígena, gera deslocamento de eixo, levando com que a cultura discorra por uma porta que alce o universalismo. Entretanto, em uma acepção mais ampla, em virtude da globalização, ficam expostos e até globalizados a memória e os saberes localizados do povo, e, por outro lado, uma das características da globalização é a perda das referências pela da destruição do passado, IANNI (1997).

Para ajudar a esclarecer esta situação e as perspectivas políticas que ela apresenta, a pauta da globalização dentro do manifesto histórico interno podem gerar descrições indevidas e exercer uma nova singularidade, alterando diametralmente alguma composição característica do modo de vida de uma comunidade. Entrementes, a uma falta do poder de controle sistematizado, a globalização pode reproduzir na medida da sua inserção paulatina, uma nova plataforma de colonialidade do saber. Como explica Quijano (2005, p. 9):

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocêntrico, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 9).

Em suma, este movimento de castração e confrontação da memória cultural reforça o processo de individualização e perda de patriotismo dos cidadãos. No nosso contexto, os ditames de desvalorização e extirpação da memória coletiva tem sua gestação no ocidente, por via de mecanismos de introdução de pautas ocidentais em detrimento dos assuntos localizados. É preciso ainda, na análise desta reflexão, caracterizar como relevante a inserção do global no local, desde que, o primeiro saber não filtre valores positivos. Como bem ensina Ricoeur (2007, p. 83):

Sobre abusos da memória natural, o autor propõe uma grade de leitura: começa por uma abordagem patológica que ele busca vincular a algumas experiências humanas; logo em seguida, ele trata de formas de manipulação da memória, aqui aparecendo mais claramente o abuso da memória e o abuso do esquecimento; por fim, trata ele do ponto de vista normativo ou ético-político do dever da memória. O percurso é, pois, de uma memória impedida, para uma memória manipulada e, ao cabo, para uma memória obrigada (RICOEUR, 2007, p. 83).

De vital importância também é o reconhecimento que se projeta os destinos culturais da sociedade, o que implica de demais estados a confrontação de determinadas heranças memoriais como fator gerador de intercâmbio e disseminação. Esta racionalidade exclui, a priori, alternativas opostas, pelo que, o Estado deve adotar de igual modo, mecanismos internos de receptividade de culturas estrangeiras, por exemplo, a partir da receptividade dos livros didáticos ou qualquer forma que lhes prover.

No entanto, o Aparelho Ideológico de Estado, analisando a forma como se estrutura e opera nas suas relações internacionais, demonstra grandes fragilidades em razão da sua precariedade, condicionando à invisibilidade da memória cultural do povo em todos seus segmentos. A essência do pensamento individual ou da memória coletiva, está interconexionada a um percurso histórico de perdas e ganhos, que remontam a construção das manifestações sociais pelo indivíduo ao grupo que se encontra inserido num quadro social de representação, (HALBWACHS, 1994, p. 144):

é como uma parte e como um aspecto da memória do grupo, já que toda impressão e todo fato, mesmo o que lhe concerne o mais exclusivamente, guarda apenas uma lembrança durável na medida em que se a ligou aos pensamentos que nos vêm do meio social (HALBWACHS, 1994, p. 144).

Diante desse aporte teórico, as considerações relativas à obstrução dos resquícios fotográficos naturais construídos pela visão particular do intelecto, não devem ser objetos de retrocesso por terceiros, incluindo o Estado, pois coloca em causa a sua própria sobrevivência. No entanto, as perspectivas memoriais construídas na experiência da diáspora fruto da

globalização, só serão úteis se não gerarem fissuras à memória social, aqui compreendida como um veículo de criação, de unidade e transformação da sociedade, sob pena de a globalização servir de correspondência que legitime o novo colonialismo. Sem dúvidas, a globalização representa uma nova lente, por ser caracterizada como espécie de um Novo Mundo, para a qual as sociedades foram impostas a renunciarem-se em seus costumes, práticas e valores ocidentais e definidos como civilizados. De acordo com (NGOENHA, 2014, p.15):

Para a Europa “civilizada”, o chamado Novo Mundo é um outro mundo: costumes selvagens, sem religião, espírito degradado. Os povos não têm escrita, não têm arquivos, não têm Estado. Eles não pertencem, portanto, ao mundo histórico em todas as suas formas: moral, civil e política. Os povos com escrita revelam com toda a nobreza o território da história, os selvagens são objetos dos etnólogos. As sociedades estudadas pela etnologia são definidas, portanto, pela negativa, por aquilo que não têm. Elas não possuem nem história, nem verdade e nem Estado. O que é característico das sociedades estudadas pela etnologia é a sua imperfeição (NGOENHA, 2014, p.15).

Conforme se notabiliza, as relações sociais e históricas controversas sobre o passado comprometem gerações, levando-as à construção do seu próprio horizonte, distinto do Estado - Estado desintegrado e, portanto, dividido. No entanto, o inverso possibilita a construção da história da humanidade pela coesão, reconciliação e unidade. Segundo Baggio (2010, p. 271-272).

Na descrição de todas essas dimensões é possível perceber que um processo transicional vincula-se a uma concepção de justiça como reconhecimento, já que sua preocupação maior não é efetivar a distribuição de bens materiais e sociais, mas sim promover o aumento da integração social como forma de atingir a reconciliação. Mesmo a dimensão da reparação, que cumpriria um papel distributivo, tem o condão de valorizar as ações de resistência das vítimas do Estado. As dimensões proporcionam o acesso e a recuperação das três formas de reconhecimento: pelo afeto, pelo direito e pela comunidade de valores. A integração social passa, necessariamente, pela recuperação dos processos de reconhecimento que foram negados ao longo do período de arbitrariedades (BAGGIO, 2010, p. 271-272).

Ultrapassada esta questão pela ordem dos fatos, a memória, quer individual quer coletiva, encontra provimento na organização e minimização dos diversos escândalos sociais que possam emergir. Parece óbvio, portanto, que qualquer estudo à volta da memória deve ter algum conteúdo relativo, pois a memória nos termos em que propomos tem de ser julgada e refletida por mecanismos comparativos dentro dos padrões sociais contemporâneos em que ocorre.

### **3 A construção do futuro nacional pela negação da memória coletiva**

Cabe fazer incursão que contextualiza o passado de hostilidades como hipertrofia do futuro, - as vezes em decorrência da intransigência humana movida por plurais interesses políticos. O ponto de partida reconstrutivo, a partir do qual corporifica a existência das relações sociais, a memória representa um mundo de significados para a humanidade, daí que o seu resgate é atemporal e indispensável para a reconstrução do futuro. Em nosso caso, portanto, a política e o aguçado interesse pelo poder tem acirrado a prevalência do foco repressivo e tendências de apagamento da memória.

As especificidades históricas e diversidades culturais demonstraram razões de pureza e cotejo de que a política serviu como caixa de ressonância no contributo da virtude humana, no âmbito de mediação das práticas sociais desconcertantes. Hoje, a falta de compromisso com valores sociais em nome de uma pretensa objetividade histórica, afasta cada vez mais as agremiações políticas e partidos do governo, e da conectividade social. Essa articulação promovida em grande medida por detentores do poder possibilita o reforço da construção de monopolização e institucionalização das ideias partidárias, forçando o abandono de qualquer representação conquistada pelo sujeito histórico.

No entanto, a luta pela libertação do país teve como estopim a secundarização do consenso, que possibilitou na flor da liberdade a guerra civil. Apesar de se conhecer o interesse que tais práticas suscitaram no tecido social, sobretudo no final da década de setenta e oitenta. A evidência dessa defasagem mostraria que, naquela estrutura social, emergisse bloqueio de possibilidade de igualdade, em virtude da prevalência presa à dominação. O partido do governo, à luz do propósito de manutenção da hegemonia histórica, busca reconfigurar fatos, como ensina Macamo e Ngoenha (2016, p. 22):

No que se refere à luta de libertação nacional, a análise privilegia o partido como actor principal. Difundia-se a ideia de que todos os moçambicanos se reconheciam dentro do partido e se identificavam com sua ideologia (MACAMO; NGOENHA, 2016, p. 22).

Entretanto, – este reflexo histórico manifesta a existência de obstáculos na continuidade. O discurso memorial que endossa a barbárie de uns e a civilização imposta pelos outros, coloca em causa projeto da nova república, ao que remete a um cenário de imprevisibilidade sobre o futuro. Em meio ao turbilhão de circunstâncias diárias, o exercício intelectual prevalece em tempestades, a fim de resgatar parte dos compromissos históricos. Apesar dessas constatações, o objetivo de resgatar o passado, numa combinação do arcaico e moderno para construção do

futuro, tem se mostrado um projeto ambicioso e de coragem, conforme destaca Le Bon (1895, p. 42):

Um povo é um organismo criado pelo passado e, como todo o organismo, só por lentas acumulações hereditárias se pode modificar. Os verdadeiros guias dos povos são as suas tradições e, como já muitas vezes tenho dito, só as formas exteriores mudam facilmente. Sem tradições, quer dizer, sem alma nacional, nenhuma civilização é possível (LE BON, 1895, p. 42).

A presença simbólica retratada em fotografias memoriais, sejam positivas ou negativas, são deveras importante para melhor reorganização do futuro da sociedade. Esses dados adquiridos fazem parte da história e servem como um processo de saneamento, a fim de no seu conteúdo se extrair as melhores fórmulas de mudança. Ainda constitui uma errática virtude a tentativa de legitimar valores substantivos da nação em nome de uma configuração político-partidária. Percebe-se, desse modo, que, até mesmo a tentativa de inscrever e dar mais-valia à memória coletiva constitui o modo de legitimar a esfera social e seu valor histórico. Por conseguinte, firmar o entendimento de que as práticas que estimulam o valor histórico e da memória coletiva é, portanto, a responsabilidade primária das instituições políticas.

Os partidos políticos em Moçambique conseguiram canalizar interesses que prestigiam a primazia pelo partido e suas ideologias, ao invés do Estado. É a partir deste quadro diagnóstico que o ensaio apresenta um sistema heterogêneo, dotado de capacidade de retroalimentar barbáries, estabelecendo políticas que beneficiam em grande medida as suas agremiações. Portanto, a tensão política em Moçambique atingiu seu ápice, tendo como centro de controvérsia o desgoverno.

Em suma, se, sob a perspectiva do controle-fundante, a narrativa dialógica político-partidária acomoda exigências com rigor da sua prevalência em relação ao Estado, parece óbvio que essa constatação choca com a ideia comum sobre a qual, a primazia deve ser atribuída ao Estado. No entanto, esta autenticidade descreve os demais partidos políticos no seu interior, onde publicamente estabelece a exigência discursiva de integração e união como pretexto de alcance do poder. Advirta-se, portanto, que não se devem compreender essas asserções como tipologias de inclusão, pelo que os interesses do Estado passam necessariamente por libertar e eliminar erros dos seus gestores, como bem ressalta Almeida (2012, p. 88):

[...] a liberdade na sociedade aberta consiste na possibilidade de fiscalização ampla e irrestrita das decisões do Estado por meio do método de eliminação de erro e não por meio da dialética. Isto se dá porque a liberdade demanda possibilidade de se desgarrar do dado da realidade (da condição dada), não para

anular a realidade, mas para que o homem possa construir o seu próprio mundo de significados.

As narrativas apresentadas nas notas anteriores, dizem mais sobre como a partir dessas bases se procura enxergar e ultrapassar as dialéticas dos componentes autoritários, da invisibilidade e humilhação. Além disso, a aura do recrutamento pelo esforço considerado puramente estatal implica muitas vezes um sentimento de superioridade de quem por defronte passa a ter legitimidade para sanear sujeitos cuja permanência institucional remete a uma ideologia diversa. Entretanto, o eclipse de um imaginário que desprestigia a construção do futuro nacional deve ser restaurado por via de um reconhecimento mútuo do sentido da sua existência. Neste sentido, destaca Ricoeur (2007, p. 164):

“É um personagem que pratica a ação na história. A categoria de personagem é, portanto também uma categoria narrativa e seu papel na história advém da mesma inteligência narrativa que a trama: pode-se dizer que a própria personagem é posta na trama” (RICOEUR, 2007, p. 164).

A questão merece muita atenção porque em muitos aspectos se incorpora na sociedade uma perspectiva conjuntural em relação comum, a esfera individual é patrimônio do sujeito, não passível de invasão. Essa compreensão é devidamente alargada ao coletivo, sendo certo que, os sistemas de identidade cultural dizem respeito à totalidade. Em ensaio justamente intitulado “Identidade e diferença”, Woodward (2000, p. 67) analisa a questão sob o ponto de vista dos “processos envolvidos na produção de significados por meio de sistemas representacionais, em sua conexão com o posicionamento dos sujeitos e com a construção de identidades no interior de sistemas simbólicos”.

É importante deixar claro que nesse padrão de reconhecimento da luta entre as diversas forças que compõem uma sociedade num específico período histórico, influi positivamente na determinação dos grupos em estabelecer seus próprios interesses, os interesses do grupo, rechaçando toda conjuntura atípica calcada na ideologia das agremiações político-partidárias que se tenta implantar na sociedade.

#### **4. Luta popular pela autoconservação da memória: por um protagonismo social**

O contexto hipertrófico que caracteriza a sociedade moçambicana, a concepção de otimismo e desenvolvimento são duas realidades caras à grande maioria da coletividade. Não se descarta que na prática, os contornos políticos de subalternização asfixiam processos de construção do país. Deve-se, no entanto, destacar que um dos primeiros critérios diferenciadores

de alternância é o reconhecimento da memória coletiva, cujo pressuposto edifica a construção do país e a organização de referências identitárias.

“Uma história que projeta os destinos da sociedade, decididos por poucos homens, onde os acontecimentos cotidianos são apagados, onde a participação da população é, no máximo pano de fundo, resultando na construção da ideia de que a história são os outros (...) Afinal, acabamos nos inserindo e participando de um imaginário onde a história se constrói ao nosso largo” (MONTENEGRO, 1991, p.11).

Na concepção luhmanniana, a sociedade contemporânea insere-se dentro de uma perspectiva sistêmica e social, podendo ser composta exclusivamente por comunicação, no interior do qual se diferenciam diversos (sub)sistemas sociais específicos, que passaram a ser encarregados da realização de uma determinada função, como, por exemplo, direito, política, religião, educação. Nesse sentido, a teoria da diferenciação de Luhmann tem como pressuposto a substituição da ideia de sistema como sendo uma unidade, pela noção de diferença: seu postulado básico expressa-se pela distinção sistema/ambiente. Nas palavras de Le Goff (1987, p. 67):

A memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permite compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Em razão do exposto, podemos constatar que o surgimento desse instituto, reforça a especificidade de uma matriz jurídica de direitos de consciência. No entanto, sem pretender debater a natureza e o papel eventualmente desempenhado por representações da matriz jurídica, sob pena de desvio do vetor fundamental do objeto, a identidade cultural atua como uma exigência interna da sociedade e da tradição, portanto, deve ser cultivada por todos pertencentes à mesma. É nestes termos que se concebe a reflexão da filosofia hermenêutica de (GADAMER, 1997, p. 27-28):

Toda forma de compreender é enraizada na situação hermenêutica do sujeito, nessa espécie de “espaço” de que todos partimos, conscientes ou não, na medida em que nos conhecemos. Vincula-se ao conjunto de experiências trazidas na História que formam indissociavelmente nosso raio de visão e pré-moldam nossas interações intelectivas com os fenômenos que se postam à frente. (...) Assim sendo, o homem, ao interpretar qualquer fenômeno, já possui antecipadamente uma pré-compreensão difusa do mesmo, um pré-conceito, uma antecipação prévia de seu sentido, influenciada pela tradição em que se insere (suas experiências, seu modo de vida, sua situação hermenêutica etc.). Por esse

motivo, fracassará todo empreendimento que intente compreender objetivamente, em absoluto, qualquer tipo de fenômeno, eis que a compreensão, como dito, sujeita-se também à tradição ao qual pertence aquele que se dá ao conhecer (GADAMER, 1997, p. 27-28).

Teorizando sobre tal questão comportamental, descortina-se, a partir desta reflexão, que as relações humanas estão alicerçadas em memórias que constituem pontos de referências identitárias, sendo certo que a captura de uma pequena parcela da memória obstrui a conceitualização do desenvolvimento. Neste ponto particular, vale ressaltar que a construção e reconstrução da memória, no que diz respeito à defesa de seu potencial latente, visa promover em alguma medida, a reconciliação com as tradições e as convicções desenvolvidas nas relações grupais:

Existe necessidade quando existe uma premissa eficiente e ativa, cujo conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao construir um complexo de convicções e de crenças que atua poderosamente como “as crenças populares”. Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso da vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa “material”, quantitativamente calculável, não pode ser destacado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que tenham a força de induzir a ação “a todo custo”<sup>2</sup> (GRAMSCI, 1999, p. 238)

Isso remete ao necessário “trabalho de memória” para evitar as patologias memoriais: sobrecarga de memória aqui, insuficiência de memória lá. Outro aspecto fundamental a considerar é que, a partir da concepção de consciência coletiva reside a capacidade do coletivo entender desde logo, a principiologia de opressão e a tentativa de apagamento da memória, pois, na percepção coletiva as melhores políticas para promover os interesses da maioria são aqueles que diretamente procuram promover políticas de integração das massas, sem qualquer discriminação. Seria sobejamente desejável, numa perspectiva equilibrada de diálogos institucionais entre a sociedade e o Estado, a fim de apurar possíveis interesses e desinteresse dos primeiros, ao invés de deslegitimá-los ou de assumir uma postura seletiva a determinados grupos em detrimento de outros. Como se pode depreender, qualquer estratégia que tenha em vista deslegitimação de interesses específicos e de discriminação de seus defensores é característica dos regimes autoritários. Conforme (GRAMSCI, 1987, p. 243):

Constatado que, sendo contraditório o conjunto das relações sociais, não pode deixar de ser contraditória a consciência dos homens, põe-se o problema de como se manifesta tal contradição e de como se pode obter progressivamente a unificação: manifesta-se em todo o corpo social, com as consciências históricas de grupo (com a existência de estratificações correspondentes a fases diversas do desenvolvimento histórico da civilização e com antíteses nos grupos que correspondem a um mesmo nível histórico) e se manifesta nos indivíduos particulares como reflexo de uma tal desagregação "vertical e horizontal". Nos grupos subalternos, por causa da ausência de autonomia na iniciativa histórica, a desagregação é mais grave e é mais forte a luta para se libertarem dos princípios impostos e não propostos, para obterem uma consciência histórica autônoma (GRAMSCI, 1987, p. 243).

Desse modo, por imperativo de rigor científico e coerência sistêmica, entendemos que não é tarefa da política a determinação seletiva das dialéticas memoriais ao longo da história, incorporando premissas e arranjos que hipertrofiam o desenvolvimento da coletividade. A continuidade do retorno ao pensamento deve estar a cargo da intelectualidade grupal. Contudo, entendemos que seja prudente, de nossa parte, evitar as divisões que fatiam o todo e o tomam pelas partes, dificultando o processo de compreensão dos mecanismos que asseguram a intervenção de todas as partes no objetivo comum.

Nessa linha, logo de início, buscando superar dialeticamente as insuficiências referidas, cabe salientar que a incompletude do processo remete ao espaço social, como protótipo de um ambiente de produção de consensos racionais e de projeção de legitimidade na assunção dos protagonistas essenciais da nação. Da mesma forma, embora possamos descobrir algo sobre como os governos autoritários operam, nenhuma intervenção mudou mais a cara quando a órbita estatal de toda representação procura fulminar a conquista progressiva e de manifesta unificação.

Com isso, verifica-se a imprescindibilidade de lutas contínuas para o desmantelamento das políticas subversivas e de opressão a todo processo de reversão dos papéis que impliquem o comprometimento da sociabilidade presente ou futura. Não obstante haver um conjunto de categorias que só se fazem presentes sob condições historicamente precisas sob liderança das filiações político-partidárias, é sempre necessário o retrocesso ao simbólico coletivo, considerando a especificidade e a forma que esse universo se reconhece mutuamente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As dialéticas negativas crescem na exata proporção que aumentam os clamores da sociedade por melhoria das condições de vida e pela restauração da dignidade da liberdade de consciência. As consequências óbvias dessas constantes metamorfoses na matriz conjectural,

derivam muitas vezes do desenvolvimento da compreensão sobre o funcionamento das estruturas político-sociais e dos interesses particulares das agremiações políticas.

Conforme visto, o retrocesso nacional com interesse em incorporar nas instituições as ideologias político-partidárias, passou a ser prioridade na pauta do debate privado. Em nenhuma das variações, há pretensão de ancoramento com a preocupação social e o desenvolvimento da sua consciência, aliás, em bom rigor, as múltiplas tentativas forçadas em rotular um projeto que visa dar crédito suas agremiações, projetam a nação num paradoxo cuja a dimensão pode ser minimizada por mecanismos de abertura e cedências. A matriz da memória coletiva e individual dos cidadãos sofre, neste cenário, a influência da imposição imbuída nas instituições.

Para tanto, as condições históricas do cenário político na experiência moçambicana, no campo da participação social na esfera governamental, revelam a ausência da estrutura dialógica e a existência de um aparelho destinado a impor a ideologia, nomeadamente ao nível econômico, político, social, policial e educativo. Essa observação nos indica a importância de correlacionar a política às esferas sociais, dentro de uma perspectiva capaz de tornar evidente o propósito da nação. Nesse sentido, é de suma importância destacarmos a inauguração de um raciocínio que vai tornar-se base da unidade e reafirmação da identidade. Entretanto, uma atmosfera de renovação e proximidade das massas é um veículo de transformação que reforça o argumento de continuidade, o contrário representa o prenúncio de conflitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Andréa Alves de. **Espaço jurídico processual na discursividade metalinguística**. Curitiba: CRV, 2012.

ARENDT, Hannah. **Entre Passado e Futuro**, Relógio D'Água, 1950.

BAGGIO Roberta Camineiro. **Justiça de transição como reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro**. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010, p. 258-285.

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1987.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria e política**. São Paulo: Loyola, 2002.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidad del poder y clasificación social”**. Journal of world-systems research. 4. ed. California, 2005.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva. Trad. de Beatriz Sidou**. São Paulo: Cantauero, 2006.
- LE BON Gustave. **Psicologia das Multidões**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1895, 2a edição.
- LE GOFF, J. **Une histoire totale du Moyen Âge est-elle possible?**, em Actes do 100e Congrès National des Sociétés savantes, Paris, 1975, Secrétariat d’État aux Universités, Paris.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **Lembranças de aluno mal comportado**. In: Tópicos Educacionais. Recife, UFPE, Centro de Educação, v. 9, n. 1/2, p. 11-16, 1991.
- NGOENHA, Severino. **Os tempos da filosofia. Filosofia e democracia moçambicana**. Maputo: Imprensa Universitária (UEM), 2004.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Projeto História**, São Paulo, Vol. 02, N.10, p. 233 - 242, 1993.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janeth Helmick. **Pragmática da comunicação humana**. Trad. Álvaro Cabral. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

Recebido em: 18/04/2022  
Aprovado em: 13/12/2022